

Tem direito ao vencimento correspondente ao escalão 3, índice 254, sendo os seus efeitos reportados a 17 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Setembro de 2007. — O Chefe da Repartição, *José da Silva Pereira Lima*, COR INF.

Despacho (extracto) n.º 22 210/2007

Por despacho de 10 de Setembro de 2007 do TGEN AGE, proferido no uso de competência delegada, foi rectificado o despacho (extracto) n.º 8818/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 17 de Maio de 2007, onde Maria Rosa Marques Lopes é nomeada por tempo indeterminado na categoria de operário principal da carreira de operário qualificado/equipamento de voo do quadro de pessoal civil do Exército (QPCE), nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ficando colocada na Escola de Tropas Pára-Quedistas.

Tem direito ao vencimento correspondente ao escalão 5, índice 254, sendo os seus efeitos reportados a 19 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Setembro de 2007. — O Chefe da Repartição, *José da Silva Pereira Lima*, COR INF.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Autoridade Nacional de Protecção Civil

Despacho (extracto) n.º 22 211/2007

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, foi criada a Autoridade Nacional de Protecção Civil, revogando assim o Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 97/2005, de 16 de Junho, e 21/2006, de 2 de Fevereiro, com excepção do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º, nos n.ºs 5 e 6 do artigo 29.º e nos artigos 42.º, 43.º e 49.º-A, urgindo nomear os respectivos 2.ºs comandantes operacionais distritais de Operações de Socorro, por forma que se não verifiquem quaisquer paralisações ao normal e desejável funcionamento dos serviços.

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 97/2005, de 16 de Junho, e 21/2006, de 2 de Fevereiro, conjugado com o disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e sob proposta do comandante operacional nacional, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para desempenhar as funções de 2.º comandante operacional distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro, o licenciado Abel Renato Caldeira Gomes.

O nomeado tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício das funções, conforme resulta da síntese curricular publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

24 de Abril de 2007. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

Síntese curricular

Identificação:

Nome — Abel Renato Caldeira Gomes;
Natural de Angola;
Nacionalidade — portuguesa;
Idade — 36.

Formação académica:

Bacharel em Comunicação e Relações Públicas pelo Instituto Politécnico da Guarda;
Licenciado em Turismo, ramo de Marketing, pela Universidade do Algarve;
Pós-graduado em Gestão de Protecção Civil e Segurança das Empresas pelo Instituto Dom Afonso III, em Loulé.

Formação contínua:

Cursos:

Curso de aplicação de conceitos táticos, curso de técnicas de apoio à decisão de estado-maior, curso de organização de postos de comando, curso de segurança contra incêndios em edifícios de habitação e parques de estacionamento cobertos, curso de organização

de postos de comando, curso de quadros de comando, curso de segurança contra incêndios em estabelecimentos que recebem público com área inferior a 300 m², curso de tripulante de ambulância de transporte, curso de segurança contra incêndios em edifícios e sua regulamentação, curso de formação pedagógica inicial de formadores, curso de prevenção e técnicas de luta contra fogos de gás, curso elementar de protecção civil — Câmara Municipal de Silves e SNPC, curso de salvamento e desencarceramento, curso de segurança contra risco de incêndio e curso de segurança contra incêndios;

Conferências:

Protecção Civil e Intervenção Ambiental, Conferência Euro-Atlântica «O Sistema de Socorro Ideal»;

Seminários:

Segurança contra Incêndios em Cidades Históricas, Protecção Civil . . . Que Plano para o Concelho de Loulé, Problemática dos Incêndios: O que Nos Reserva o Futuro?, Protecção Civil — Proteger, Prevenir e Promover e Planos de Emergência de Protecção Civil;

Jornadas:

Comportamento e Segurança, 3.ªs Jornadas de Prevenção e Socorro de Fogos Florestais no Barlavento Algarvio — Floresta com Futuro, 2.ªs Jornadas de Prevenção e Socorro — Fogos Florestais na Serra do Caldeirão, Sistema de Coordenação, Comando e Controlo, Planeamento de Emergência em Barragens — Jornadas Técnicas de Protecção Civil;

Workshop — Combate a Incêndios Florestais — Uma Abordagem Integrada.

Experiência:

Assessor de comunicação e relações públicas na Câmara Municipal de Silves;

Técnico de relações públicas na Câmara Municipal de Silves;
Delegado do Serviço Municipal de Protecção Civil da Câmara Municipal de Silves;

Desde 15 de Março de 2006 até ao presente momento exerce as funções de 2.º comandante operacional distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro da ANPC.

Experiência de voluntariado — de 29 de Setembro de 2001 até 20 de Abril de 2005, foi comandante dos bombeiros voluntários de Silves.

Outras informações de interesse:

Serviço militar — louvado pelo comandante de companhia do RI de Faro e pelo comandante do RI n.º 14 (Viseu);

Voluntariado — louvado pelo coordenador do CDOS de Faro do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil;

Informática — tem conhecimentos de informática na óptica do utilizador dos seguintes programas: WinWord, Excel, PowerPoint, Access e Corel Draw.

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Brigada Territorial n.º 4

Anúncio n.º 6393/2007

Concurso público n.º 07/2007

Alienação de material incapaz para o serviço da GNR

Faz-se público a todos os interessados que se realizará, no próximo dia 25 de Outubro de 2007, pelas 10 horas, no Quartel do Porto-Carmo da Brigada n.º 4 da Guarda Nacional Republicana (GNR), sito na Rua do Carmo, 11, 4099-041 Porto, o acto público para a alienação, por concurso público, através de carta fechada, de material incapaz para o serviço da GNR.

O processo do concurso encontra-se disponível para consulta, nos dias úteis, das 9 às 12 horas e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos, no conselho administrativo da Brigada n.º 4 da GNR, no endereço acima indicado, onde poderá ser adquirido mediante o pagamento de € 5, acrescidos de IVA.

O material a alienar poderá ser apreciado todos os dias úteis, no horário indicado no parágrafo anterior, desde a data da publicação do anúncio até ao dia limite para a entrega das propostas e documentos:

Lotes respeitantes a veículos com documentos (lotes 01 a 16) — parquoados no Quartel da GNR de Penafiel, sito no Largo do Conde de Torres Novas, 4560-627 Penafiel.

As propostas e restante documentação deverão ser entregues até às 17 horas e 30 minutos do dia 24 de Outubro de 2007 no referido conselho administrativo.

No caso dos veículos em fim de vida apenas podem concorrer os operadores constantes na lista de operadores de gestão de resíduos não urbanos, disponível no endereço electrónico www.inresiduos.pt, ao abrigo da legislação em vigor (designadamente os Decretos-Leis n.ºs 196/2003, de 23 de Agosto, 292-B/2000, de 15 de Novembro, e 239/97, de 9 de Setembro, e a Portaria n.º 961/98, de 10 de Novembro):

Lotes respeitantes a veículos em fim de vida (sem documentos) (lotes 17 a 31) — parqueados no Quartel da GNR de Penafiel, sito no Largo do Conde de Torres Novas, 4560-627 Penafiel.

7 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho Administrativo, *Viriato Amoedo Rodrigues*, tenente-coronel de infantaria.

Governo Civil do Distrito de Évora

Despacho n.º 22 212/2007

Pelo disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de Agosto, conjugado com o despacho do Ministro da Administração Interna de 10 de Fevereiro de 2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 39, de 23 de Fevereiro de 2006, exonero, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, do cargo de adjunto de gabinete de Apoio Pessoal, o licenciado João António Parreira Canha.

11 de Dezembro de 2006. — A Governadora Civil, *Fernanda Ramos*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 18 093/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Isabel Cabral, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 20 de Outubro de 1954, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 094/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a António Luís Gonçalves, natural de Nossa Senhora da Ajuda, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 25 de Abril de 1957, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 095/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Teresa Gomes Monteiro Landim, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 25 de Setembro de 1963, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 096/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Tatiana Turella, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida a 7 de Dezembro de 1981, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei

n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 097/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a João Carlos Ramos do Amaral, natural de Benguela, República de Moçambique, de nacionalidade moçambicana, nascido a 20 de Maio de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 098/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 27 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mário João Indi, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 30 de Abril de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 099/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 27 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Hironidina Gomes do Livramento do Rosário, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 10 de Fevereiro de 1954, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

11 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 100/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Nelson Lopes Medina, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 11 de Junho de 1973, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

12 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 101/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ana Tavares, natural de São Salvador, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 15 de Fevereiro de 1937, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

12 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 102/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria do Nascimento dos Santos, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 27 de Junho de 1954, a qual